RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

REDES SOCIAIS, TELAS E CONSUMO DIGITAL NA ESCOLA DE FRONTEIRA: CADERNO PEDAGÓGICO PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA EM CIÊNCIAS HUMANAS NO ENSINO MÉDIO

SOCIAL MEDIA, SCREENS, AND DIGITAL CONSUMPTION IN BORDER-REGIONS SCHOOLS: A PEDAGOGICAL WORKBOOK FOR CRITICAL EDUCATION IN THE HUMANITIES AT THE HIGH SCHOOL LEVEL

REDES SOCIALES, PANTALLAS Y CONSUMO DIGITAL EN LAS ESCUELAS FRONTERIZAS: UN CUADERNO PEDAGÓGICO PARA LA EDUCACIÓN CRÍTICA EN HUMANIDADES EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA

Letícia Almeida Lopes
Graduada em Ciências Humanas – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). São Borja, RS, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0009-6719-8967. E-mail: leti.almeidalopes@gmail.com

Ronaldo Bernardino Colvero
Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). São Borja, RS, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2958-8656. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

Recebido em 01/09/2026 | Aceito em 26/09/2026 | **Publicado em 09/10/2026**

RESUMO
O presente estudo analisa o impacto da expansão dos espaços virtuais, das telas e do consumo digital de forma geral na formação crítica e na capacidade de atenção de estudantes do ensino médio em uma escola pública da região de fronteira no município de São Borja. Partindo do entendimento de que a psicopolítica das corporações tecnológicas fragmenta o foco e coloniza a subjetividade dos discentes, a pesquisa objetiva propor e, futuramente, desenvolver um produto técnico para subsidiar a atuação didático-pedagógica de professores da área de Ciências Humanas. A abordagem metodológica pauta-se na pesquisa documental do Projeto Político-Pedagógico e do Plano Municipal de Educação, articulada à teoria e ao planejamento do percurso investigativo, prevendo a futura execução de um estudo de caso com aplicação de questionários estruturados e posterior análise de dados através do *software* MAXQDA. O produto técnico configura-se enquanto um caderno pedagógico em formato *e-book* (PDF) e estruturado com sequências didáticas baseadas em metodologias ativas, tais como análise visual de interfaces digitais, mapas mentais conceituais e aprendizagem baseada em problemas locais. A proposta contribui no âmbito educacional e social ao instrumentalizar docentes para o cumprimento das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, fornecendo estratégias viáveis para promover a autonomia intelectual, o uso consciente das mídias e o fortalecimento da identidade e territorialidade dos estudantes frente ao capitalismo de vigilância.

Palavras-chave
Consumo Digital; Formação Crítica; Ciências Humanas; Caderno Pedagógico.

ABSTRACT
This study analyzes the impact of the expansion of virtual spaces, screens, and digital consumption in general on the critical development and attention span of high school students at a public school in the border region of São Borja. Based on the understanding that the psychopolitics of tech corporations fragment focus and colonize students' subjectivity, the research aims to propose and, in the future, develop a technical product to support the pedagogical practice of Human Sciences teachers. The methodological approach is grounded in a documentary analysis of the school's Political-Pedagogical Project and the Municipal Education Plan, integrated with the theory and planning of the research process; it anticipates a future case study involving structured questionnaires and subsequent data analysis using MAXQDA software. The technical product consists of a pedagogical booklet in e-book format (PDF), structured around didactic sequences grounded in active methodologies, such as visual analysis of digital interfaces, conceptual mind maps, and local problem-based learning. The proposal contributes to both the educational and social spheres by equipping teachers to meet the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC), providing viable strategies to foster intellectual autonomy, conscious media use, and the strengthening of students' identity and sense of place in the face of surveillance capitalism.

Keywords
Digital Consumption; Critical Education; Humanities; Pedagogical Workbook.

RESUMEN
Este estudio analiza el impacto de la expansión de los espacios virtuales, las pantallas y el consumo digital en general sobre el pensamiento crítico y la capacidad de atención de los estudiantes de bachillerato en un centro público de la zona fronteriza del municipio de São Borja. Partiendo de la premisa de que la psicopolítica de las corporaciones tecnológicas fragmenta el enfoque y coloniza la subjetividad de los estudiantes, la investigación tiene como objetivo proponer y, en el futuro, desarrollar un producto técnico que apoye la labor didáctico-pedagógica del profesorado de Humanidades. El enfoque metodológico se basa en la investigación documental del Proyecto Político-Pedagógico y el Plan Educativo Municipal, articulada con la teoría y la planificación de la ruta de investigación, anticipando la futura realización de un estudio de caso con la aplicación de cuestionarios estructurados

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

y el posterior análisis de datos mediante el software MAXQDA. El producto técnico se configura como un cuaderno pedagógico en formato ebook (PDF) y se estructura con secuencias didácticas basadas en metodologías activas, como el análisis visual de interfaces digitales, mapas conceptuales y aprendizaje basado en problemas. La propuesta contribuye a los ámbitos educativo y social al capacitar a los docentes para cumplir con las directrices del Currículo Nacional Común, proporcionando estrategias viables para promover la autonomía intelectual, el uso consciente de los medios de comunicación y el fortalecimiento de la identidad y la territorialidad de los estudiantes frente al capitalismo de vigilancia.

Palabras clave
Consumo Digital; Pensamiento Crítico; Humanidades; Cuaderno Pedagógico.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências Humanas (PPGCH) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2024 e implementado no ano de 2025, com o objetivo de qualificar profissionais que atuam nesta área do conhecimento, especialmente educadores da educação básica. O PPGCH é pioneiro no sentido de ser o primeiro mestrado profissional concentrado na área das humanidades na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e na instituição. A área de concentração do programa é Fronteiras, Identidades e Saberes, articulando duas linhas de pesquisa: Identidade, Memória e Fronteiras, e Educação e as Dinâmicas dos Saberes. O presente produto técnico está inserido na linha voltada para a educação, ao passo em que trata da dinâmica do espaço virtual e do consumo digital na formação de estudantes do ensino médio, mas não ignora o contexto e a delimitação espacial na qual se insere e se desenvolve, da mesma forma que leva em profunda consideração a área majoritária de concentração, ao propor discutir a fronteira e a identidade fronteiriça.

O tema da pesquisa e dissertação do mestrado profissional são o mundo digital e as redes sociais na educação. Delimitando a abrangência do tema, busca-se entender quais são os efeitos do consumo digital e a influência dos espaços virtuais na educação e como isso afeta a formação dos estudantes do ensino médio de uma escola da cidade de São Borja. O público alvo é implícito, são alunos do primeiro, segundo e terceiro ano da etapa do ensino médio da educação básica e optou-se por realizar um estudo de caso concentrado em uma instituição estadual, pois isso garante a profundidade ideal e necessária para realizar uma pesquisa de cunho original. Ademais, essa forma de pesquisa atendeu à questão do diagnóstico preciso e aprofundado da realidade analisada, bem como às restrições temporais e operacionais do mestrado profissional.

O produto técnico intitulado “redes sociais, telas e consumo digital na escola de fronteira: caderno pedagógico para a formação crítica em ciências humanas no ensino médio” busca deixar claro e transmitir de maneira objetiva do que a pesquisa e o produto tratam: o problema em foco, dos espaços virtuais que abrangem as telas, as redes sociais e o consumo digital; a delimitação espacial ao apontar uma escola de fronteira; e a aplicação prática que se cria para lidar com isso, do caderno pedagógico de ciências humanas como ferramenta para a formação de cidadãos críticos.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Os materiais necessários para a realização e produção do produto técnico são majoritariamente o conteúdo e a linguagem pedagógica que o constituirá, pois o caderno pedagógico será diagramado em formato digital, como um e-book em Formato de Documento Portátil (PDF). Justifica-se essa escolha do formato digital como sendo o principal veículo de divulgação e distribuição, uma vez que fazer o caderno pedagógico físico implicaria em verba, o que torna difícil a aderência da instituição pública principal para que o produto seja utilizado, que seria o governo do estado do Rio Grande do Sul. Apesar disso, a possibilidade da versão física impressa do caderno pedagógico não será descartada, apenas reduzida para um segundo plano, criado sob demanda. O caderno físico seria um exemplar no formato A4, encadernado com lombada (brochura), pois garante maior durabilidade do material, manutenção e organização.

O conteúdo pedagógico do material será estruturado com infográficos conceituais, estilo mapa mental, além de roteiros de análise visual das interfaces digitais, com prints de telas para ilustrar os mecanismos dos quais se fala, como o feed infinito do Instagram. A intenção disso é para que o docente possa analisar e problematizar com os alunos a arquitetura dessas plataformas e tratar sobre o uso crítico e consciente delas. Serão utilizados trechos de textos filosóficos pertinentes e também propostas de situações-problema baseadas na realidade escolar local. Esse conjunto de materiais visa fornecer suporte didático-pedagógico para os professores de ciências humanas do ensino médio que forem utilizá-lo, unindo o rigor conceitual fundamentado no estado do conhecimento construído para embasar o presente produto técnico, à viabilidade de aplicação imediata em sala de aula, o que é uma das principais inquietações do professor.

DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

A necessidade de desenvolver um caderno pedagógico reside nas transformações ocorridas na sociedade e, consequentemente, na educação e na juventude, em decorrência dos avanços tecnológicos, especificamente no que diz respeito ao espaço virtual e ao consumo digital que ocorre nele. Esses são fenômenos globais causados pelo capitalismo de vigilância, que reconfiguram a atenção, a socialização, a cultura e o que os jovens fazem com o seu tempo livre, refletindo-se de forma direta na sua formação e educação. A delimitação geográfica-espacial da pesquisa afunila a questão no município, ao passo em que foca em uma das escolas estaduais da rede básica de ensino: Escola Estadual de Ensino Médio Apparicio Silva Rillo. Assim, o fenômeno globalizado, que Santos (2006) chama de verticalidade, expresso nos espaços virtuais, é um desafio pedagógico comum a toda a educação e não uma particularidade do local do estudo de caso. O espaço virtual é o novo território de socialização dos jovens e engloba as telas, as mídias digitais e redes sociais, além de operar pela lógica do consumo digital generalizado.

Esse novo território social, apesar de estar dado, pois todos sabem que ele é utilizado e faz parte da vida dos alunos, é invisível a qualquer um que não seja desejado nele, constituindo-se enquanto um mundo paralelo. Na era digital, os adolescentes vivem e interagem não só no espaço físico compreendido dentro dos

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

muros da escola, mas também nas redes sociais e mídias digitais. Portanto, as interações dos espaços físicos se transferem para estes espaços virtuais e vice-versa, sendo uma dialética de influências e acontecimentos que afetam as relações e comportamentos desses jovens, além de afetar também a escola. Assim, assuntos e temas debatidos no âmbito educacional são diretamente afetados e, concomitantemente, afetam o meio social dos alunos, que hoje abrange não só a escola, mas também o online.

A escola é historicamente tida como o locus do saber e da educação formal, apesar de não ser o único ambiente onde o jovem aprende e adquire conhecimento e formação. Nesse sentido, o desafio que se coloca e busca-se superar é quanto a como os espaços virtuais estão competindo com a escola pela atenção, criticidade e capacidade de reflexão dos estudantes. A escola é entendida como o território que acolhe e enfrenta esse desafio dos dias atuais e o produto técnico objetiva fornecer subsídio aos professores da rede estadual do ensino médio para que os espaços virtuais que, inegavelmente, fazem parte da vida dos alunos, sejam utilizados a favor do desenvolvimento da autonomia intelectual e formação crítica, previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A educação por conta própria é extremamente complexa, e um material que se propõe a discutir e intervir nela claramente terá limitações institucionais, temporais e metodológicas. Um dos limites do caderno pedagógico é a área restrita às ciências humanas, apesar de utilizar a interdisciplinaridade para o diálogo entre as disciplinas. Se, em pesquisas futuras, for possível aderir a uma visão transdisciplinar, pode-se considerar um material destinado a componentes curriculares fora das humanidades, abrangendo outras áreas como as linguagens e até mesmo as biológicas. Fora isso, a proposta atual não diz respeito a problemas estruturais externos, internos ou diretrizes administrativas, bem como regimentos internos, normas ou nas políticas de gestão da escola quanto ao uso de dispositivos. Outro limite do produto técnico é sua validade temporal, justamente pelo tema e escopo da pesquisa. A velocidade com que as interfaces e algoritmos, a própria dinâmica de funcionamento das mídias e redes sociais se modificam, exige uma constante atualização e adaptação por parte dos docentes que o utilizarem, para seguir sendo pertinente.

Conforme apontam os relatos de experiência entre escolas estaduais e programas institucionais de iniciação e residência pedagógicas, apesar da realidade estudantil ser bastante dinâmica, existe uma constante que a atravessa: a necessidade de novos canais de diálogo com as linguagens contemporâneas (Müller, 2022). Esse cenário também é a conclusão à qual os projetos institucionais sempre chegam e do qual muitos partem, para tentar contribuir com os desafios da região, ao passo em que tentam transpor o conhecimento teórico para a realidade prática na qual as escolas e os jovens estão inseridos (Vasques *et al.*, 2016).

São Borja é um município da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, extremamente relevante no cenário educacional de todos os níveis para a região, pois conta com instalação de instituições de ensino superior e técnico como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Marcadamente uma cidade de

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

base econômica agropecuária, esta recente posição de polo educacional contribui largamente para o desenvolvimento do município e de toda região, que recebe pessoas de diversos lugares em busca de qualificação profissional. Apesar desse cenário na educação superior, o Plano Municipal de Educação do município (PME) aponta profundas desigualdades estruturais na educação básica. O principal desafio no município é universalizar o atendimento escolar e combater a repetência que causa as elevadas taxas de distorção entre a idade e a série na qual o estudante se encontra, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que tem uma taxa de matrícula de apenas 49,5% no ano de 2013 (São Borja, 2018).

O PME se aplica na prática através dos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas. Enquanto o plano geral do município prevê as metas legais e as diretrizes para a cidade, o PPP (2024) da Escola Estadual de Ensino Médio Apparicio Silva Rillo materializa e aproxima a legislação educacional da realidade da comunidade na qual está inserida, traduzindo-a e adaptando-a para a sua identidade escolar. De acordo com o documento orientador da escola (PPP, 2024), ela é composta por alunos inseridos em um contexto de acentuada vulnerabilidade socioeconômica, onde a maioria das famílias da comunidade são de baixa renda. Apesar de estar relativamente próxima do centro da cidade, a escola localiza-se em um bairro subjacente, caracterizado por uma marcada infraestrutura urbana precária e com poucas perspectivas imediatas de inserção no mercado de trabalho qualificado. Tendo em vista a realidade na qual está inserida, a fundamentação pedagógica e política da escola é crítica e de renovação, focando na formação integral e na emancipação do estudante. Nessa linha de abordagem, o currículo segue as áreas de conhecimento e a avaliação é contínua e diagnóstica.

Infraestruturalmente, a escola é bem equipada, pedagogicamente falando, pois conta com uma sala de recursos multifuncional para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma biblioteca ativa para pesquisa com a possibilidade de usar chromebooks, além do laboratório de informática, de ciências e a sala de multimeios. Esta última concentra materiais tecnológicos interativos e para pesquisa, como uma lousa digital, projetor de vídeo e mais chromebooks (PPP, 2024). A partir dessa descrição e como bem aponta o documento da escola, percebe-se que a modernização e a aderência da instituição às novas tecnologias não é um problema, apesar dos docentes possuírem autonomia para optar por inserir ou não essas ferramentas nos seus planejamentos e rotinas pedagógicas, mas deixando claro que o orçamento e o investimento recebidos são destinados a alinhar a escola à cultura digital e às exigências do Novo Ensino Médio do governo.

O Projeto Político-Pedagógico da escola Apparicio Silva Rillo entende a necessidade de acompanhar a Era da Informática e preparar os estudantes para a tecnologia atual (PPP, 2024). Constituem desafios enfrentados pela instituição a dispersão, a desmotivação e conflitos comportamentais dentro, apontados como resultado de fatores sociais, econômicos e principalmente familiares. Contudo, acrescenta-se aqui a perspectiva acerca do quanto as interações dos alunos em redes sociais, com o avanço dos espaços virtuais e o consumo digital podem estar atuando como catalisadores no sentido de potencializar esses problemas que já existem.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Portanto, é pertinente olhar para o ambiente digital não apenas como um recurso técnico e pedagógico isolado, mas como um fator crítico que interfere diretamente no ambiente escolar, sendo que o presente produto técnico justifica-se não como algo desconectado da realidade e pautado apenas em teoria acadêmica, mas sim como uma resposta direta a questões apontadas na realidade e diagnóstico institucional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação para a produção do produto técnico possui abordagem mista e realiza-se um estudo de caso da Escola Estadual de Ensino Médio Apparicio Silva Rillo, de São Borja-RS. Justifica-se essa escolha pelo estudo de caso devido à necessidade de obter um diagnóstico aprofundado, localizado e contextualizado da realidade escolar, considerando as delimitações temporais e operacionais do mestrado profissional que possui a duração de 24 meses. O instrumento inicial para coleta de dados utilizado foi a pesquisa documental, tendo como objeto o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de 2024 da escola, além do Plano Municipal de Educação (PME), para entender o cenário educacional plenamente. Posteriormente, antes da qualificação do produto técnico no 18º mês do percurso do programa e na etapa quantitativa da pesquisa, serão utilizados dados coletados através de questionários respondidos pelos alunos público-alvo da investigação. Assim, o desenvolvimento do caderno pedagógico ocorrerá a partir da articulação entre as questões identificadas no diagnóstico da realidade escolar da escola, com o PPP e os questionários, e também com o referencial teórico que respalda toda a discussão e temática abordada aqui.

O percurso metodológico percorrido até aqui, iniciou com a seleção do tema, de conceitos-chaves e seus significados, além da leitura de autores que são autoridade nele, como Adorno e Horkheimer (1985), Castells (1999), Herbert Simon (1971), Thomas Davenport e John Beck (2001), Byung-Chul Han (2015), Shoshana Zuboff (2020) e Zygmunt Bauman (2000). A apropriação dos termos e conceitos utilizados por esses autores foi fundamental no desenvolvimento do projeto do produto técnico e do questionário que foi aplicado com os alunos. O próximo passo para reconhecer a viabilidade da pesquisa foi o convite à escola que participa do estudo de caso. Sendo assim, foi redigido e entregue um convite formal, contendo informações sobre a pesquisa, o tema, o que seria feito e os envolvidos na pesquisa. Após o aceite da equipe gestora da instituição, foi solicitado o acesso ao documento norteador da escola, o qual foi concedido com limitações, mas a partir desse momento já foi possível ter uma maior compreensão do cenário social e econômico que seria investigado. Assim, a próxima etapa foi a criação dos questionários, rascunhados com todas as questões que inquietavam os pesquisadores, para depois ser refinado passando de 63 questões para 58 ao total. Foi realizada uma fase de teste piloto com uma amostra reduzida, composta pelos participantes do grupo de pesquisa Relações de Fronteira e Interdisciplinaridade, coordenado pelo orientador da pesquisa, e após ponderações e contribuições do grupo, mais 12 questões foram removidas do questionário, deixando-o com 46 perguntas mistas, mas majoritariamente fechadas. Importante salientar que a aplicação teste e com os alunos foi na forma de

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

questionário físico, presencialmente, pois dessa forma foi possível analisar o processo pelo qual os participantes passaram para responder as perguntas, como por exemplo quando assinalavam uma alternativa de resposta e depois a mudaram, ou quando não concordam com nenhuma das alternativas colocadas pelos pesquisadores e tomam a liberdade de criar uma alternativa nova, que não havia sido prevista na produção do questionário. Tudo isso torna-se relevante e pertinente, pois possibilita a análise e interpretação da subjetividade do participante da pesquisa.

Os questionários foram então aplicados com os alunos do ensino médio da escola, junto ao termo de assentimento para a participação na pesquisa. Anteriormente, os pais e responsáveis dos estudantes haviam sido contatados através de dados fornecidos pela instituição para o fim único de coletar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para que os alunos menores de idade pudessem responder às perguntas e ter suas respostas utilizadas para análise de dados e construção do produto. Uma vez em posse de todas as respostas possíveis, iniciou-se o processo de tabulação delas em uma planilha do Google Sheets, onde as linhas correspondem aos estudantes e suas respostas, enquanto as colunas são as variáveis e as perguntas do questionário. A ferramenta utilizada para analisar e trabalhar com os dados processados foi o software MAXQDA, voltado para pesquisa mista quali-quanti. No programa, as variáveis e as perguntas qualitativas serão convertidas em códigos, que são as categorias de análise, para que seja possível interpretar todo o material bruto coletado e processá-lo para obter informações e, posteriormente, conhecimento sólido. Este software foi escolhido pois permite realizar estatística descritiva com frequências e gráficos, cruzando esses dados com as variáveis dos participantes, como o ano escolar no qual se encontram, e isso irá ilustrar os resultados da pesquisa e o produto técnico.

SÃO BORJA E A GEOGRAFIA DA FRONTEIRA

Para Santos (2006), o espaço geográfico é a união entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, ou seja, o físico palpável e as diversas relações que se desenrolam nele, constituindo-se enquanto um organismo vivo, em constante interação e transformação, “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, p. 39). Com essa definição, pode-se começar a apreender as dinâmicas que se estabelecem em uma dada localidade, como no município de São Borja. A partir do momento em que o mundo digital e o espaço virtual tornam-se parte integrante da realidade e do cotidiano dos habitantes, isso afeta diretamente os sistemas de objetos (fios de fibra óptica, antenas, torres de sinal, aparelhos, computadores, etc.) em decorrência do sistema de ações (o uso e a necessidade de consumo dos indivíduos). Nas palavras de Santos, “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, por outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (Santos, 2006, p. 39).

Dentro do espaço geográfico, as relações e disputas de poder entre instituições e nações resultam na consequente delimitação de um território. Assim, território é o

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

que se faz com parte do espaço e é também uma produção social que surge a partir do poder. De acordo com Raffestin (1993) “O território, objeto da terceira parte do presente trabalho, não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço” (Raffestin, 1993, p. 7). Enquanto o espaço é o macro da realidade (Santos, 2006), o território é o toque do ser humano e suas relações nele, como trata o autor ao colocar que “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 7).

Se o espaço é o totalizante e o território é o campo onde se desenrolam as relações de poder, então a fronteira é um espaço dentro desse cenário, onde ocorre integração e fricção ao mesmo tempo. Steiman e Machado (2002) propõem a superação de alguns preceitos do estudo de fronteira, como o entendimento dela enquanto algo estático, meramente jurídico e delimitante, para que seja pensado como um espaço dinâmico, vivo, com fluxos de pessoas e objetos que, em conjunto, constroem a identidade de fronteira. Por sua vez, “A fronteira deixa de ser concebida somente a partir das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida também pelas comunidades de fronteira, ou seja, no âmbito subnacional” (Steiman; Machado, 2002, p. 8).

Sob essa perspectiva de fronteira, faz-se necessário compreender a distinção entre o limite geográfico e a própria fronteira, pois eles operam em lógicas totalmente opostas. O limite é a linha divisória na geografia, totalmente burocrático e orientado legalmente de acordo com a soberania de cada Estado, agindo para dentro do território. Existe um consenso de que, na modernidade, a “fronteira linear, precisamente delimitada e demarcada, vai se tornar imprescindível, já que para se impor o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial” (Steiman; Machado, 2002, p. 4). Em contrapartida, a fronteira é uma força com orientação externa, para fora, pois é um local de contato. Por ser uma zona passível de gerar interesses contrários ao do poder central, por vezes é tida como uma ameaça em potencial quando, na verdade, deveria ser vista pela potencialidade de integração com o Estado vizinho. Os conceitos de limite e fronteira não se anulam e sim realizam uma fusão e integração em vias de se complementarem, uma vez que o limite existe juridicamente e a fronteira é a faceta complexa e dinâmica dessa característica do território (o local de encontro entre nações) que, “Na prática, os elementos de integração e de desintegração coexistem e se interpenetram incessantemente de forma diversa para as diferentes funções desempenhadas” (Steiman; Machado, 2002, p. 9).

Quando a rigidez do limite se choca com a vida dos sujeitos do local, tem-se como resultado a fronteira viva compreendida, ademais, sob as variadas escalas que lhe influenciam, seja a local, regional, nacional e internacional. “A zona de fronteira seria composta pelas faixas de cada lado do limite internacional, caracterizando-se por interações que, embora internacionais, criam um milieu próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional” (Steiman; Machado, 2002, p. 11).

Haesbaert (2003) apoia-se na forma como Raffestin (1993) entende o território, enquanto uma reordenação do espaço, que pode ser compreendido como o próprio

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

espaço informado pela semiosfera, que é o ambiente constituído por significâncias para construir o sentido das interações, seja de comunicação ou de cultura. De encontro ao conceito de fronteira viva de Steiman e Machado (2002), essa zona de tensão, deixa de ser apenas um limite, uma divisão, e se torna um espaço de hibridismo, de porosidade e fricção na vida cotidiana dos sujeitos que habitam essa localidade. Corroborando com esse entendimento, Haesbaert (2003) coloca que todo território possui duas dimensões que são inseparáveis uma da outra: a política, que apreende consequentemente a dimensão econômica, e a simbólica. A primeira diz respeito ao controle concreto exercido pelo Estado e a segunda, à cultura e a identidade que se forma como produto dela. Assim, o território é um resultado da articulação dessas duas dimensões, da mesma forma que resulta na apropriação e na valorização de um grupo de pessoas do espaço em que vivem. Nesse sentido, a identidade do espaço fronteiriço de São Borja, o espaço em análise da pesquisa, é constituída pelo controle concreto e pelo controle simbólico que formam o território. Em Steiman e Machado (2002), é o limite físico e o espaço dinâmico e vivo da fronteira, que, em conjunto e interação, vai construir a identidade fronteiriça. Nas palavras de Haesbaert (1999):

> O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1999, p. 42).

A premissa defendida por alguns autores como Badie (1997), de que, com o final do século XX, ocorreu a mudança na importância dos territórios e do espaço geográfico como um todo, sendo que hoje vive-se em um mundo dito desterritorializado por causa da globalização e do avanço da tecnologia. Isso, segundo Haesbaert (1999, 2003), é um equívoco, o qual ele chama em suas obras de "mito da desterritorialização", justamente porque a tecnologia, a internet e o espaço virtual não anularam o espaço físico, apenas o reorganizaram, bem como às relações sociais, tornando-as mais complexas. Segundo Haesbaert (2003, p. 12), os pesquisadores decretaram o "fim da própria geografia, confundida muitas vezes com a simples distância [...] superada a partir do avanço tecnológico dos transportes e das comunicações", porque o que de fato acontece é uma nova forma de interação social, com a perda da necessidade do espaço físico para ocorrer, tornando o novo espaço que surge ainda mais pertinente de ser estudado:

> O mundo não está nem des-espacializado, nem desterritorializado. Primeiro, porque a aparente desmaterialização ou perda de referência espacial nas relações sociais indica, na verdade, quase sempre, uma condensação/densificação geográfica dessas relações, reunidas em áreas ou pontos restritos, altamente seletivos: espaços que, por isso mesmo, podem se tornar estrategicamente ainda mais relevantes (Haesbaert, 2003, p. 20).

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Haesbaert (2003) refuta a teoria de desterritorialização e propõe a teoria da multiterritorialidade no lugar desta, na qual entende-se que os sujeitos vivem uma reformulação na forma como se colocam e vivem no espaço, sendo que “na verdade o que temos hoje é um novo tipo de apropriação e dominação do espaço através de territórios-rede onde podemos ter acesso a uma multiplicidade de territórios” (Haesbaert, 2003, p. 11). A concentração geográfica das novas relações sociais em conjunto com o aumento do controle e monitoramento em múltiplas escalas, do global ao local e vice-versa, por parte do governo e suas instituições é a multiterritorialidade.

A multiterritorialidade é a condição e a capacidade de viver e transitar por múltiplos territórios concomitantemente, superando a noção de um território único e fixo, o que pode-se utilizar também para o conceito de fronteira limite, rígida, em vias de superá-lo para passar a enxergar como realmente ocorre essa interação na realidade, com o controle simbólico e a fronteira viva. De acordo com Haesbaert (2003), a multiterritorialidade é uma consequência e uma condição para que ocorra a flexibilidade das relações sociais atuais, pois o mundo contemporâneo não é estático e simplista, é híbrido, dinâmico e exige que os sujeitos também o sejam para que estes possam existir e socializar plenamente.

> A noção de glocalização permite pensar numa sobreposição de territórios, numa territorialidade multiescalar com várias formas de inserção nos circuitos da globalização. Ela destaca também a possibilidade de partilhar mais de um território, tanto no sentido mais literal de sobreposição (simultaneamente 'encaixada') quanto da possibilidade (flexibilidade) de acionar, dependendo da situação, diversos territórios ao mesmo tempo (Haesbaert, 2003, p. 20).

Uma vez que se supera a ideia da globalização desfazendo o espaço físico e as fronteiras e entende-se a multiterritorialidade e o dinamismo moderno, pode-se tratar da singularidade do espaço fronteiriço e do sujeito que o vivencia. Qualquer pessoa que possui acesso à internet e um dispositivo eletrônico passível de se conectar a uma rede, vive hoje em múltiplos territórios simultaneamente, tanto no físico quanto no virtual. O sujeito fronteiriço, da mesma forma, experiencia isso e é influenciado pela sobreposição da lógica do global, com os espaços virtuais, com a lógica do local, da fronteira em que vive. Nesse cenário, o cidadão de um local de fronteira, como São Borja, articula em si, múltiplos territórios ao mesmo tempo e constrói sua identidade como produto disso. Esse é o fenômeno da “glocalização”, que potencializa heterogeneidades ao invés da padronização. De acordo com Haesbaert (2003, p. 20), “Trata-se [...] de uma leitura 'híbrida' da globalização, que não a vê apenas como um processo de homogeneização, mas como veículo e, ao mesmo tempo, incorporação da heterogeneidade”.

Ademais, um importante aspecto do pensamento do autor precisa ser frisado, uma vez que diz respeito a um processo basilar para o entendimento de sua teoria e conceitos, bem como para a análise que se cria aqui. Toda a dinâmica da multiterritorialidade, mas também da fronteira, do território e dos espaços virtuais, compreende e reproduz a desigualdade social. Transitar entre o espaço físico e o virtual se dará de uma forma para pessoas de classe social elevada, e de outra forma

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

bem distinta para pessoas socialmente desfavorecidas. Haesbaert (2003) coloca isso muito bem quando fala que:

> Desterritorialização, para os ricos, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade 'opcional' [...]. Enquanto isso, para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de 'flexibilidade', em 'experiências múltiplas' imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana (Haesbaert, 2003, p. 22).

Necessariamente por conta disso, a multiterritorialidade que pessoas ricas vivem é, como diversos outros aspectos de suas vidas, segura, opcional, passível de escolha. Enquanto para o pobre, é o inverso: a multiterritorialidade é permeada pela insegurança, a mobilidade não é uma escolha, é obrigatória e nasce da exclusão social e territorial, na forma de uma imposição pela necessidade de sobrevivência cotidiana. Haesbaert (2003) chama esse processo de a-territorialidade, onde existe uma total falta de opção ou alternativa para a situação sócio-espacial de indivíduos. Pertinente destacar que o processo de desterritorialização se dá, de fato, não pela globalização e tecnologia, mas pelo ônus do sistema econômico vigente na sociedade. Portanto, o termo e o conceito de desterritorializado só é válido se utilizado para referir pessoas excluídas da sociedade por consequência de perda de território, seja ele real ou simbólico, como alguém refugiado ou sem-terra.

O ESPAÇO VIRTUAL

Uma das maiores ilusões que se criou, não por acaso, no mundo contemporâneo é a ideia de que o virtual é desmaterializado. Acredita-se nisso, pois a indústria convencionou termos como “nuvem” e “ambiente virtual”, construindo uma falsa narrativa de que o digital é outro mundo, separado do espaço físico real, onde o sujeito pode ser quem quiser e fazer o que bem entender (Sadin, 2018). Essa narrativa facilmente leva a atos infracionais e antiéticos, não por uma ausência real de regras, mas pela crença equivocada na impunidade e pelo senso comum de que a internet seria uma “terra sem leis” (Zuboff, 2020). Os fluxos de informação (Castells, 1999) que passam pela rede não flutuam no éter, não são livres de amarras geográficas, muito pelo contrário, possuem uma base material descomunal. A infraestrutura por trás dos fluxos envolve redes de fibra óptica, cabos que passam pelos oceanos, satélites no espaço e centros enormes onde se realiza o processamento dos tão caros dados obtidos. Tudo isso envolve outra questão seriíssima, que vai além do escopo proposto na presente pesquisa, mas que não pode deixar de ser mencionado: as fontes de energia utilizadas por essa infraestrutura, que não são limpas e contribuem para o esgotamento dos recursos naturais e agravam a crise climática.

O espaço virtual não supera o espaço físico nem a geografia, mas sim se sobrepõe a eles, causando a reconfiguração do primeiro e de questões que já existiam nele, como as desigualdades e preconceitos sociais. Essa perspectiva encontra-se bem fundamentada e consolidada no conceito e obra de Milton Santos (2006), que descreve como a técnica, a ciência e a informação tornaram-se extremamente

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

dependentes entre si. Santos (2006) propõe o meio técnico-científico-informacional (MTCI) para explicar como o espaço geográfico não é um local passivo ao que acontece e se desenrola nele, mas sim um sistema indissociável que une objetos, ações e relações sociais que são permeados pela tecnologia. Nas palavras do autor, “O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (Santos, 2006, p. 160). Nesse cenário, a informação tem valor monetário, não é apenas um acessório, é na verdade o motor que faz o espaço reconfigurado se (des)organizar.

Nessa reconfiguração articuladora do físico e do digital, o ciberespaço (Lévy, 1999) não é um local subjetivo e desterritorializado, mas sim uma nova camada de vivência que apropria-se do digital e expande as interações já existentes, tornando-as também e consequentemente, mais complexas. A essa sobreposição, é intrínseca a dominação no espaço de fluxos (Castells, 1999), que são onde predominam a lógica global de poder, em detrimento da lógica do espaço de lugares, que é regional e identitária. A partir da definição de Santos (2006) para o lugar, pode-se melhor apreender a subordinação dos lugares aos fluxos que Castells (1999) propõe. O lugar, assim como a fronteira, não é simplesmente uma demarcação geográfica, mas sim onde ocorre a existência imediata do sujeito, onde se vive, trabalha e socializa. Justamente por isso, o lugar pressupõe proximidade física e co-presença, exatamente o oposto do espaço virtual, de fluxos, que possibilita a socialização à distância, fragmentada e enfraquecida, de certa forma.

Segundo Santos (2006), o lugar de hoje em dia é o palco de uma luta entre as verticalidades e as horizontalidades. O vertical segue a lógica global, informacional e do poder vigente, enquanto o horizontal diz respeito ao concreto, às relações reais, identidade local e à solidariedade. O tensionamento nessa dinâmica se dá quando a verticalidade invade a horizontalidade nas comunidades locais, especificamente em um espaço fronteiriço, marcadamente identitário e complexo pelo contexto no qual existe.

> De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto económica e politicamente, como geograficamente (Santos, 2006, p. 192).

Se essa invasão das verticalidades ocorre na horizontalidade do cotidiano de um espaço de fronteira, não é sem intencionalidades, pois existe um grande fator econômico e político por trás disso. As Big Techs são corporações transnacionais que financiam toda a infraestrutura que possibilita os fluxos e as verticalidades, exercendo controle político, ideológico e espacial em todo local para o qual se expande e adentra. Em Raffestin (1993), entende-se que o poder se dá quando algum ator consegue projetar malhas e redes sobre o espaço físico a fim de o controlar e explorar.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

Atualmente, as Big Techs conseguem executar isso muito bem e sem que seja necessário construir limites físicos em um território, pois utilizam algoritmos que passam despercebidos pela maioria das pessoas, mas que operam coletando os dados delas, bem como moldando o comportamento que elas possuem. Sadin (2018) chama esse processo de siliconização do mundo, onde os padrões determinados pelo Vale do Silício são impostos sutilmente para o mundo todo, que passa a usar a tecnologia desenvolvida lá.

O principal processo macroeconômico que torna a siliconização do mundo possível é o sistema econômico adaptado para o avanço e fase tecnológica atual. Zuboff (2020) teorizou sobre ele e o denominou de capitalismo de vigilância, no qual as grandes empresas da área tecnológica aprenderam a lucrar observando o comportamento humano e treinando algoritmos para prever e controlar o que as pessoas farão no futuro. Isso não se dá de forma conscientemente consentida pelos sujeitos, que têm suas vidas transformadas na matéria-prima para fazer a engrenagem do capitalismo girar, e entregam dados valiosos sobre si mesmos sem sequer perceber, enquanto utilizam ferramentas, aplicativos e redes sociais desenvolvidos no Vale do Silício, despretensiosa e ingenuamente. Essa forma de coleta de dados é descrita e explicada por Zuboff (2020) como sendo um superávit comportamental. Críticos apontam que esse discurso vilaniza a tecnologia, além de ser pessimista e retrógrado, saudosista (Morozov, 2019; Srnicek, 2018), até, quando na verdade o problema apontado pela autora não reside na tecnologia, nem na coleta de dados, e sim na lógica econômica por trás disso, que é “mestre dos fantoches” (Zuboff, 2020) e na forma como essas ferramentas e os dados são utilizados pelas Big Techs, para manipular e lucrar.

O pensamento de Han (2015) explica mais uma camada da perversidade dessa engrenagem. Se na sociedade disciplinar de Foucault os corpos precisavam ser vigiados e punidos e essa era a lógica vigente introjetada no subconsciente dos indivíduos, hoje vive-se em uma sociedade do desempenho, que não necessita utilizar-se da força, ameaça, medo ou violência física, pois ela seduz e induz. A psicopolítica digital é o poder agindo de forma inteligente, estimulando a exposição voluntária, em troca de engajamento, visibilidade nas redes sociais e uma autocobrança por sucesso e desempenho que vem dos próprios sujeitos, que se comparam uns aos outros e desenvolvem uma lógica deturpada de competição (Han, 2015). O novo modelo de poder objetiva acessar o inconsciente e emoções, usando-os como ferramentas de manipulação. As redes sociais são o expoente disso, pois utilizam-se da necessidade de reconhecimento que as pessoas naturalmente possuem, transformando o ego e a personalidade em produtos a serem monetizados e mercantilizados.

Se o espaço fronteiriço já está tensionado pelo hibridismo e fronteira viva (Steiman; Machado, 2002), pela multiterritorialidade (Haesbaert, 2003) e horizontalidades e verticalidades (Santos, 2006), se vê agora atravessado também pela psicopolítica digital, que tende a padronizar seus impulsos, desejos, identidade e consumo através das bolhas algorítmicas (Han, 2015). O domínio das Big Techs ultrapassa e ignora todas as fronteiras geográficas, e o que ocorre atualmente é a

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

colonização da subjetividade, onde a metrópole são os interesses econômicos dessas empresas, que encontram-se fisicamente em outra realidade geográfica. Assim, é imperativo que o espaço virtual não é neutro, muito menos democrático: ele é um território corporativo. Entretanto, o grande público e os governos foram convencidos pelas corporações de que esse território digital é um "outro mundo", necessariamente para poder colonizá-lo sem interferência jurídica, sendo que o sentimento de impunidade mascarado de liberdade que o usuário sente, é o subproduto dessa ideologia (Sadin, 2018; Zuboff, 2020).

CULTURA, SOCIEDADE DO DESEMPENHO E CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

O capitalismo de vigilância produz as Big Techs (Zuboff, 2020), que resultam na sociedade do desempenho (Han, 2018). Essa articulação transforma o espaço virtual em um território de mercantilização da atenção e da experiência humana. É ingênuo pensar que os estudantes, consumindo e estando presentes nesse espaço todos os dias, não estão sendo influenciados pela lógica corporativa do capitalismo de vigilância. Assim, os algoritmos invadem todos os espaços e fronteiras geográficas, pois essa é uma das características centrais do mundo globalizado (Santos, 2006), com o objetivo de coletar dados para, posteriormente, moldar comportamentos de seu interesse. A psicopolítica de Han (2018) aborda como esse mecanismo se dá na prática, pois o poder, que antes utilizava a coerção física, o imperativo da vigilância e do medo, agora usa a cultura da exposição própria e voluntária em troca de engajamento (validação social).

Compreender os sintomas como a desmotivação, a dispersão e o esgotamento identificados nos alunos da instituição pelo PPP (2024), exige uma articulação teórica profunda, bem como ressaltar que eles são multifatoriais (Bourdieu, 2007). Justamente por isso, a necessidade de olhar para o consumo digital desses estudantes e como eles se colocam nos espaços virtuais. A distração e o baixo rendimento na escola, costumam ser atribuídos apenas a problemas familiares e sociais, por vezes biológicos e psicológicos, mas quase nunca às questões estruturais do mundo em que vive-se atualmente na sociedade informatizada e digital. O conceito de indústria cultural (Adorno; Horkheimer, 1985) nasce para tratar sobre como a lógica capitalista interferia no consumo cultural, padronizando produções até que todos estivessem totalmente passivos e alienados, totalmente acríticos. Por outro lado, Benjamin (1994) apontava os prejuízos da massificação da arte, mas também mostrou como isso poderia contribuir para a democratização dela, com o cinema, a fotografia, meios que Adorno e Horkheimer (1985) pessimistamente criticavam. Quanto ao impacto da indústria cultural na comunicação e a dialética desta com a política, Habermas (2003) aponta para a forma como as pessoas tornam-se consumidoras passivas de cultura e a política, um espetáculo. Importantes considerações foram feitas por Debord (2003) acerca da sociedade do espetáculo na qual vive-se hoje, onde todas as relações foram substituídas pelo espetáculo, que é uma representação, aparências para publicidade. Basicamente, traduz toda a experiência e a proposta das redes sociais, antes mesmo do surgimento delas.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

Nesse sentido, mas de forma mais aprofundada no diálogo entre a teoria e a realidade, Jameson (1991) aponta como a indústria cultural não encontra-se mais separada das produções artísticas e para consumo da população. No estágio pós-moderno dela, a arte está totalmente colonizada pela indústria, e já não existe mais nenhuma produção independente, sendo que elas estão fundidas e a cultura é concebida desde seu âmago visando o consumo e o lucro. Contemporaneamente, Han (2018) aplica a lógica da indústria cultural nos espaços virtuais, onde coexistem algoritmos e redes sociais abordados diretamente pelo autor. A diferença basilar reside no fato de que a indústria cultural clássica operava na lógica da biopolítica e sociedade disciplinar de Foucault (1987), enquanto atualmente ela é pautada na psicopolítica digital, em uma sociedade do desempenho. Se antes a indústria cultural era adaptada para o sistema coercitivo, objetivando a passividade do sujeito, agora ela é mais sofisticada e utiliza-se dos próprios desejos ego-centrados desse mesmo sujeito para alcançar a dominação, colocando-o como o agente explorador de si mesmo, vivendo na ilusão da liberdade, do sucesso (o desempenho), do consumo e engajamento. Assim, na era digital, tem-se o refinamento da lógica da monetização da cultura, pois agora o algoritmo oferece exatamente aquilo que o consumidor particularmente gosta, ao extrair, processar e monetizar todos os seus dados e seu tempo de tela (consumo digital).

Como consequência, a perda da autonomia intelectual é radicalizada e potencializada, pois o sujeito vive cercado por estímulos sonoros e visuais constantes, pensados para serem viciantes e gerarem satisfação imediata, como o mecanismo de rolagem infinita de todas as plataformas sociais midiáticas atualmente. Esse cenário vai de encontro à capacidade de concentração das pessoas no geral, mas especialmente dos jovens estudantes, dos quais é exigido um maior foco na escola. Se o tipo ideal de atenção seria aquela do tipo sólida e profunda, hoje ela está fragmentada, dispersa e hiperativa, muito parecida com o tipo de atenção que o ser humano necessitava para sobreviver no meio selvagem, em constante estado de alerta e com altos níveis de cortisol (Han, 2018). Essa é uma das principais características da sociedade do desempenho do filósofo Byung-Chul Han (2018), que molda o sujeito para que ele mesmo se cobre por produtividade, iludido com a suposta liberdade que o mundo digital proporciona, narrativa criada com maestria pelas Big Techs (Sadin, 2018), junto à necessidade constante de validação que o modelo das redes sociais gera, o que pode explicar o esgotamento, a dispersão e a desmotivação dos alunos dos dias atuais.

O principal sintoma da sociedade do desempenho é o esgotamento psicológico e cognitivo, nas palavras do autor, a depressão e o burnout (Han, 2018). Assim, as questões descritas no documento norteador da escola não são isoladas do mundo virtual globalizado no qual ela está inserida, mas sim reflexos de uma sociedade que encontra-se duplamente desgastada e exausta: pelos problemas sociais pré-existentes e, agora, pelo excesso de positividade e o entretenimento que é consumido no tempo livre (telas e estímulos digitais).

O produto técnico que será desenvolvido parte do entendimento de que a escola encontra-se em uma posição desfavorecida em relação à sociedade do

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

desempenho, produzida pelo capitalismo de vigilância, pois todo o universo digital é construído e pensado justamente para capturar a atenção e prender o indivíduo, induzindo o consumo digital. Atualmente, os currículos deveriam acompanhar esse processo, ao invés de apenas tratar sobre a adesão da tecnologia e da cultura digital nas práticas pedagógicas cotidianas e esparsamente sobre o uso consciente das redes sociais (Brasil, 2018).

A COLONIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

A fim de compreender plenamente a dinâmica identitária de um espaço de fronteira, é necessário propor o desafio gadameriano de interpretar esse local enquanto uma espécie de texto vivo, mas que encontra-se em constante transformação e atualização. Levando em consideração que, para Gadamer (2012), a interpretação não é algo isolado e sim uma fusão de horizontes, o fenômeno em foco na presente pesquisa provém do choque e da fusão do horizonte da fronteira física de São Borja e Santo Tomé, e o horizonte psicopolítico global, alinhado à ideologia das Big Techs.

Esse processo não ocorre com harmonia, mas sim com o conflito direto de narrativas. A lógica do consumo digital choca-se com as memórias e a identidade dos sujeitos fronteiriços. De um lado, tem-se o meio técnico-científico-informacional que atravessa o espaço geográfico (Santos, 2006), e do outro encontra-se a vida real, concreta do sujeito, além de toda carga histórica de memória e identidade do lugar. A identidade contemporânea, especialmente em um território de fronteira transnacional como é o caso do Brasil e da Argentina analisado aqui, é uma construção entre linguagem e tempo, a história é a expressão disso, que o indivíduo aprende e vivencia naquele lugar (Ricoeur, 1989).

São Borja é classificada como uma cidade-gêmea com Santo Tomé, de acordo com a Portaria nº 125 do Ministério da Integração Nacional (Brasil, 2014), pois é um município limítrofe à linha de fronteira internacional, apresentando uma forte integração. Sendo assim, a identidade do morador desses municípios constrói a própria identidade a partir de narrativas e símbolos compartilhados e da proximidade física, como o rio Uruguai enquanto fronteira e delimitação natural, e a Ponte da Integração que une e possibilita a travessia entre os países. Essa narrativa vai ao encontro da teoria da solidariedade territorializada de Santos (2006), que fala justamente sobre as relações entre os países e suas populações vizinhas, o cotidiano, o comércio e a proximidade física de forma geral, revelando toda a dimensão da horizontalidade que resiste ao MTCI. A crise de narrativas inicia quando o horizonte pretensiosamente desmaterializado do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020) em conjunto e coexistência à ideologia de eufemismos terminológicos a exemplo da “nuvem” (Sadin, 2018) entram na realidade dessas pessoas. Assim, o espaço virtual insere uma nova linguagem e uma infinidade de novos simbolismos em um espaço que já é complexamente constituído e isso, ao invés de agregar, acaba fragmentando a experiência e vivência do lugar (Hall, 2006).

Nesse sentido, o sujeito fronteiriço interpreta a si mesmo e entende-se não mais só pela localidade imediata com outro país, mas também pela inconsciente

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

uniformização de comportamento, onde busca-se atingir o padrão disseminado pelos algoritmos criados e planejados no Vale do Silício. A falsa impressão de que o espaço virtual é uma “terra sem leis” é um sintoma dessa narrativa invasiva e empobrecida, que faz as pessoas perderem o laço e o sentimento de pertencimento com o lugar e o espaço real, pois estão sofrendo uma colonização causada pela verticalidade psicopolítica global (Han, 2018).

Portanto, a fusão desses horizontes na fronteira expõe um dilema, ao passo em que o espaço virtual, com a premissa de aproximar as pessoas, na verdade causa um distanciamento individualizante e alienante. O ciberespaço adicionou uma nova e complexa camada nas relações sociais que já existiam, reconfigurando-as. Pela característica de fácil acesso do mundo digital, sem considerar a desigualdade econômica que pode ser melhor aprofundada em uma pesquisa futura, o virtual se sobrepõe à fronteira geográfica. Assim, mesmo vivendo na periferia internacional, o morador da fronteira consome, repete e performa os mesmos comportamentos e desejos que são estabelecidos pelas Big Techs, geopoliticamente localizadas no centro do mundo, dado seu poder e influência (Sadin, 2018; Zuboff, 2020; Han, 2018). Compreender a fronteira atualmente e sob a ótica hermenêutica, é reconhecer que a disputa por poder não se limita mais a uma alfândega, a um limite geográfico físico ou até mesmo meramente ao papel estatal. A verdadeira disputa geopolítica é pelo controle de narrativa no espaço virtual, onde as Big Techs colonizam a subjetividade do sujeito e sua percepção sobre si mesmo e sua realidade. Assim, o território de fronteira entre São Borja e Santo Tomé é mais um no cenário de guerra silenciosa global, pois enquanto a proximidade física e o cotidiano mantêm vivos os laços reais de solidariedade, a siliconização do mundo trabalha em vias de individualizar o sujeito e ditar suas escolhas. Debater e defender o lugar e a identidade fronteiriça é uma forma de resistência contra a colonização pelo espaço virtual.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

O produto técnico resultante da investigação será um recurso didático e pedagógico no formato de e-book (PDF digital), com possibilidade de ser impresso, pensado e destinado para oferecer aos professores da rede pública estadual subsídios metodológicos para intervir na realidade retratada na pesquisa e nas questões consequentes dela, almejando uma formação verdadeiramente crítica em sala de aula. O conteúdo do material didático se dará principalmente por meio de propostas de planos de aulas com metodologias ativas, práticas, com oficinas, dinâmicas, situações problemas que refletem a realidade da fronteira e dos estudantes.

O caderno pedagógico será dividido em unidades com sequências didáticas, contendo planos de aula prontos para aplicação, mas sempre passível de adaptações. Seguirá o padrão curricular nacional e estadual, pautado na BNCC e Matriz Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, com competências gerais e específicas, objetos do conhecimento e habilidades claras para serem desenvolvidas e facilitar o registro no diário de classe do docente. Além disso, como todo plano de aula, contará com tempo

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

previsto para duração das atividades propostas, bem como materiais e recursos necessários.

A composição estrutural básica das sequências didáticas serão compostas por quatro etapas. Primeiramente, serão utilizadas capturas de tela (prints) das plataformas mais famosas e presentes no cotidiano dos estudantes, dado que será obtido através dos questionários. O objetivo é analisar visualmente os mecanismos que são empregados na retenção da atenção, como o da rolagem infinita e o sistema de notificações, para que o aluno compreenda a arquitetura que induz ao consumo digital.

O segundo passo seria a transposição didática, onde os conceitos complexos dos conteúdos de filosofia, sociologia, história e geografia são trabalhados em esquemas visuais resumidos e simplificados, conhecidos e popularizados atualmente como mapas mentais. Essa metodologia, apesar de expositiva, é muito bem aceita pelos discentes e mostra-se uma ferramenta pedagógica bastante eficiente, pois utiliza-se da memória fotográfica e visual, e não só da memória declarativa explícita.

Na terceira etapa do processo, seriam apresentadas situações problemas que refletem a realidade da fronteira e dos estudantes, para introduzir debates e dinâmicas mais tangíveis envolvendo a realidade socioeconômica de São Borja. A metodologia de Problem-Based Learning (PBL), nesse contexto e teoria utilizada para respaldo, ativa o estudo das horizontalidades nos estudantes, com suas relações reais e imediatas, em contraposição às verticalidades globais. Imprescindível apontar para a herança do pensamento freireano e seus temas geradores, fortemente presente nessa etapa, uma vez que a educação que problematiza, também liberta (Freire, 1987).

Assim, o produto técnico será construído a partir do cruzamento dos dados empíricos obtidos na realidade investigada, que serão processados e analisados com o auxílio do software MAXQDA, apoiando-se sempre no PPP (2024) da instituição. Sequencialmente, a curadoria e a seleção do conteúdo do referencial teórico que será decodificado para o ensino didático adequado aos alunos do ensino médio, bem como os mapas mentais pautados nesse conteúdo. As sequências didáticas e planos de aula individualizados serão roteirizadas e elaboradas a partir desse momento, utilizando-se dos documentos curriculares norteadores da educação estadual e nacional, bem como material de livros didáticos atuais. Segue-se a isso a fase de design e diagramação do e-book, com recursos visuais atrativos e acessíveis aos docentes que irão utilizá-lo. Por fim, o produto finalizado passará por uma avaliação de professores em formação e docentes do programa, que servirão como pares para assegurar o rigor e alinhamento do material à CAPES e ao PPGCH.

O caderno pedagógico será diagramado em formato digital para assegurar a viabilidade de produção e a distribuição gratuita na rede estadual. Porém, a produção e impressão do caderno não é descartada, mas fica dependente de demandas e orçamento público ou privado. Tecnicamente e em caso de solicitações, o caderno seria impresso no formato A4 em brochura, para melhor organização em bibliotecas ou acervo pessoal de professores. O papel ideal seria o offset, que possui maior resistência ao manuseio e reproduz com melhor qualidade imagens, como as capturas de tela coloridas que seriam expostas. Uma vez finalizado, o produto técnico será

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

submetido a editais públicos que subsidiam a editoração e distribuição na rede de ensino. A quantidade de exemplares ficaria condicionada a esse fator de aceite em projetos e também à autonomia financeira e interesse da escola em reproduzir de maneira autônoma exemplares físicos em gráficas locais, conforme necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico que se constrói com esse levantamento de dados bibliográficos e documentais é o de que há causas não exploradas para sintomas que afetam os estudantes dos dias atuais. Para dirigir-se diretamente a essas causas, propõe-se o produto técnico no formato de um caderno pedagógico de ciências humanas, composto por sequências didáticas com planos de aula prontos para aplicação. A teoria aponta que existe um choque direto entre a verticalidade do capitalismo de vigilância com a horizontalidade de um espaço fronteiriço, entendido no seu dinamismo e hibridismo. A verticalidade que se dá com os espaços virtuais, está longe de ser um ambiente neutro, sendo na verdade um território corporativo que coloniza a subjetividade dos estudantes, transformando suas necessidades de reconhecimento e validação em uma máquina de lucrar, fragmentando a atenção exigida pelo chão da escola no processo.

No cenário globalizado atravessado pela psicopolítica, estudar e focalizar a identidade do sujeito fronteiriço é uma forma de resistência contra a colonização causada pelo espaço virtual. Mesmo estando em uma periferia nacional e internacional, os estudantes que vivem na onde a vulnerabilidade socioeconômica é extremamente marcada, mas também a padronização comportamental implantada pelas Big Techs com a siliconização do subjetivo. A escola, enquanto locus do conhecimento formal e amparada pela legislação e suas diretrizes institucionais do Projeto Político-Pedagógico, é um espaço e um ator com capacidade de combater essa dinâmica de colonização da subjetividade e alienação, ao passo em que se contrapõem ao espetáculo individualizante das telas.

O caderno pedagógico “Redes sociais, telas e consumo digital na escola de fronteira” é um produto técnico de intervenção imediata e acessível para aplicação. Articulando teorias contemporâneas a planejamentos com metodologias ativas de ensino-aprendizagem, ele vai além do mero estudo teórico e busca superar o uso apenas técnico do mundo e da cultura digital em sala de aula, bem como impulsionar a criticidade frente a isso, devolvendo o caráter emancipatório à educação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196. (Obras escolhidas, v. 1).

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 11 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Portaria nº 125, de 21 de março de 2014**. Estabelece os conceitos e os critérios para definição de cidades-gêmeas e a listagem dos municípios que se enquadram nesses critérios. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/. Acesso em: 6 jul. 2026.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO APPARICIO SILVA RILLO. **Projeto Político-Pedagógico**. São Borja: Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADAMER, Hans-Georg. **Hegel, Husserl, Heidegger**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 15. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2003. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249. Acesso em: 4 jul. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 128 p.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas tecnologias de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MOROZOV, Evgeny. As novas roupas do capitalismo. Tradução de Simone Paz. **Outras Palavras**, [*s. l.*], 29 jul. 2019.

MÜLLER, Fernando (org.). **PIBID/Unipampa em tempos de ensino remoto**: desafios e superações. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 47-59. Disponível em: https://oikoseditora.com.br/. Acesso em: 7 jul. 2026.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Série Temas, v. 29).

RICOEUR, Paul. A função hermenêutica da distanciação. *In*: RICOEUR, Paul. **Do texto à acção**: ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés-Editora, 1989. p. 109-125. (Colecção Diagonal).

SADIN, Éric. **A silicolonização do mundo**: a irresistível expansão do liberalismo digital. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

SÃO BORJA (Município). **Lei nº 5.431, de 19 de setembro de 2018**. Altera o Anexo Único da Lei nº 5.039, de 01 de julho de 2015, que “Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de São Borja e dá outras providências”, e dá outras providências. São Borja: Gabinete do Prefeito, 2018.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Tradução de Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra, 2018. 128 p. (Série Futuros Próximos, v. 19).

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osorio. **Limites e fronteiras internacionais**: uma discussão histórico-geográfica. Rio de Janeiro: Grupo RETIS, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343555549_Limites_e_fronteiras_internacionais_uma_discussao_historico-geografica. Acesso em: 5 jun. 2026.

VASQUES, José Luciano Gattiboni; MIRANDA, Andréia Balbueno de; GUINDANI, Evandro Ricardo; PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **O PIBID, a universidade e a educação básica em relação de aprendizagem**: o caso da UNIPAMPA e Instituto de Educação Pe Francisco Garcia de São Borja - RS. São Borja: Unipampa, 2016. p. 1062-1073.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional